



A 10ª edição da Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF) acontece, de 15 a 21 de maio, e tem foco na promoção de ações que colaboram para a disseminação da educação financeira para jovens e adultos. São eles que, em função dos impactos da longevidade, enfrentarão um cenário bem mais complexo do que o vivido hoje. E é a educação financeira que fará a diferença no seu futuro.

O aumento da longevidade representa uma das maiores conquistas da humanidade. O tempo médio de vida da população mundial era de cerca de 25 anos antes da Revolução Industrial do final do século XVIII e atualmente se aproxima de 75 anos. Portanto, as pessoas estão vivendo, em média, três vezes mais do que há 250 anos.

O Brasil, com 214 milhões de habitantes, segundo a ONU, tinha uma expectativa de vida de 48,1 anos em 1950, chegou a 75,3 anos em 2019, caiu para 72,8 anos em 2021, subiu para 76,2 anos em 2023 e deve alcançar 88,2 anos em 2100. O mundo terá mais de 3 bilhões de idosos (de 60

anos e mais de idade) em 2100.

Os ganhos quantitativos na extensão média da vida das pessoas é um fato a ser comemorado. Mas um desafio fundamental será garantir e elevar, concomitantemente, a qualidade de vida. Se estamos vivendo mais, teremos um tempo muito maior de vida pós fase produtiva, ou seja, viveremos mais tempo “aposentados”.

Neste novo contexto, viver do benefício da previdência do INSS ficará cada vez mais difícil. A previdência social não se sustentará se a idade mínima não for aumentada de tempos em tempos, como vem acontecendo no mundo inteiro. Hoje, no Brasil, a idade mínima de aposentadoria é de 62 anos para mulheres e 65 para homens e, certamente, esses critérios vão mudar.

Além disso, mesmo recebendo o benefício do INSS, esse montante vai perdendo valor de compra durante os anos. Uma pessoa que se aposentou em 2003 recebendo três salários-mínimos, na prática recebe, pelo valor atual, menos de dois salários-mínimos, já que o benefício não é ajustado à inflação.

E qual é a fórmula para conseguir resolver esta equação? Eu diria que não existe uma fórmula mágica, mas sim um modelo proposto pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) em parceria com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), no qual o teto do INSS seria de até dois salários-mínimos e o resto complementado pela Previdência Privada.

Sem dúvida, precisaremos acumular mais valores durante a fase produtiva para podermos suportar a nossa fase de aposentadoria. Estudos apontam que o mínimo que deveríamos poupar é 16% ao mês para garantir alguma reposição salarial quando do momento da aposentadoria. Se eu trabalho em uma empresa que me “ajuda”, esse percentual cai pela metade – eu coloco 8% e a empresa coloca os outros 8%. Lembrando que apenas 12% dos rendimentos investidos em previdência é que podem ser do Imposto de Renda.

A primeira ação necessária é usar o tempo a nosso favor. Ou seja, quanto mais cedo começar a cuidar da previdência, menor será o sacrifício mensal que teremos que fazer. A segunda ação é ter disciplina para poupar. Sem ela, não haverá tempo suficiente para nos ajudar. Viver uma vida simples, tendo um padrão de consumo sempre inferior às receitas, é a terceira das ações imprescindíveis.

A verdade é que nos falta educação financeira desde o ensino fundamental até o ensino superior. Não aprendemos a lidar com o dinheiro, que permanece sendo um tabu em nossa sociedade. Portanto, não esperemos o governo ou outra pessoa resolver essa questão por nós. Assumamos a responsabilidade por gerir nossas finanças para a aposentadoria. Sejamos previdentes.

***Lucas Nóbrega é Diretor-Presidente da Fundação Libertas**

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 15.05.2023.